



**AUDIÊNCIA PÚBLICA
1º. QUADRIMESTRE DE 2017**

Desempenho Orçamentário

**Parágrafo 4º. Artigo 9º. Lei
LRF101/2000**

**Artigo 180 – Lei Orgânica
Municipal**

Controle Interno

EXERCÍCIO 2017



SUMÁRIO

Tabelas I : Execução Orçamentária – janeiro a abril 2016 e 2017	03
Tabela II : Composição das Receitas Arrecadadas –janeiro a abril de 2017	04
Tabela III : Despesas por função de Governo – janeiro a abril 2017	05
Tabela IV : Demonstrativo da Execução da Despesa p/ cat. Econômica e descrição – janeiro a abril 2017	06
Tabela V : Gastos com a Educação – acumulados até abril 2017	07
Tabela VI : Aplicação recursos do FUNDEB – acumulado até abril 2017	07
Tabela VII : Gastos com a Saúde – acumulados até abril 2017	08
Tabela VIII : Dos restos a pagar em 30.04.2017, referente a 2016	08
Tabela IX : Demonstrativo resumido da Receita Corrente Líquida em 30.04.2017	09
Tabela X : Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal	09
Tabela XI : Demonstrativo da Receita, Despesa e Saldo Financeiro	10
Tabela XII : Disponibilidade Financeira em 30.04.2017	10
Tabela XIII Demonstrativo dos Restos a Pagar – Processados em 30.04.2017	10
Tabela XIV : Acompanhamento do Repasse de Recurso para o Poder Legislativo Municipal	11
Conclusão :	12
Considerações Finais :	12



RELATÓRIO DO DESEMPENHO DA PREFEITURA DA CIDADE DE CONQUISTA FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

1º QUADRIMESTRE DE 2017

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1 – RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA PREFEITURA DA CIDADE DE CONQUISTA FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 1º QUADRIMESTRE 2017 (quadros comparativos 2016/2017)

Este relatório tem por objetivo abordar, de forma resumida, alguns aspectos considerados mais relevantes da Execução Orçamentária e Financeira da Prefeitura da cidade de Conquista no 1º quadrimestre de 2017 (janeiro a abril), bem como análise do orçamento comparando 2016 e 2017.

Ao longo deste documento procuramos oferecer elementos para melhor compreensão dos quadros de tabelas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Parágrafo 4º., Artigo 9º. – **LRF 101/2000.**

1.1 – Execução Orçamentária

A execução orçamentária apresentada pela **Tabela I** foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária, receitas executadas e das despesas liquidadas em valores acumulados no **PRIMEIRO Quadrimestre do exercício 2017**. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, evidenciamos também à execução do mesmo período de 2016.

Nota: A execução orçamentária apresentada neste relatório refere-se somente ao Poder Executivo Municipal, considerando que até a data de fechamento do relatório o Poder Legislativo não encaminhou os balanços e demonstrativos referentes ao mês de abril para a devida consolidação do 1º quadrimestre de 2017.



Tabela I - Execução Orçamentária – Janeiro a Abril - 2016 e 2017

Em R\$

Receitas	Janeiro a Abril 2016			Janeiro a Abril 2017		
	Previsão Anual (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %	Previsão Anual (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %
Receitas Correntes	21.985.000,00	6.857.224,93	31,19%	22.900.000,00	8.107.325,95	35,41%
Receitas de Capital	880.000,00	167.302,00	19,02%	1.100.000,00	78.000,00	7,09%
Total Receita	22.865.000,00	7.024.526,93	30,73%	24.000.000,00	8.185.325,95	34,11%

Em R\$

Despesas	Janeiro a Abril 2016			Janeiro a Abril 2017		
	Fixação (A)	Execução (B)	(B/A)*100 %	Fixação (A)	Execução Poder Executivo (B)	(B/A)*100 %
Despesas Correntes	20.440.000,00	4.740.775,53	23,20%	20.661.000,00	5.418.957,78	26,23%
Despesa de Capital	2.385.000,00	139.291,62	5,84%	3.299.000,00	114.201,15	3,47%
Reserva Contingência	40.000,00			40.000,00		
Total Despesa	22.865.000,00	4.880.067,15	21,35%	24.000.000,00	5.533.158,93	23,06%
Resultado		+2.144.459,78			+2.652.167,02	

A arrecadação do Primeiro Quadrimestre de 2017 alcançou **34,11%** da receita inicialmente prevista para o ano. Já a execução da despesa no mesmo período alcançou um índice de **23,06%** da despesa inicialmente fixada.



PREFEITURA MUNICIPAL CONQUISTA
Estado de Minas Gerais
CONTROLE INTERNO

4

Tabela II - Índices de Execução da Receita em 2017

1.2 Composição das Receitas Arrecadadas – Janeiro a Abril

As receitas do Município são representadas pelas receitas tributárias (impostos e taxas municipais),

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	RECEITA 1º. QUADRIMESTRE DE 2017 (ACUMULADA) Janeiro a Abril			Receita
	EXECUÇÃO	% por origem	% por receita	Acumulada no Ano
RECEITA TRIBUTÁRIA				
IPTU	58.631,70	14,06%		58.631,70
IRRF	99.652,94	23,90%		99.652,94
IRRF S/ OUTROS RENDIMENTOS	351,51	0,08%		351,51
ITBI	58.821,61	14,10%		58.821,61
ISSQN	148.155,17	35,53%		148.155,17
TAXAS	51.417,74	12,33%		51.417,74
TOTAL RECEITA TRIBUTÁRIA	417.030,67	100,00%	5,09%	417.030,67
RECEITA PATRIMONIAL				
ALUGUÉIS	1.476,76	0,87%		1.476,76
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	167.816,07	99,13%		167.816,07
TOTAL DA RECEITA PATRIMONIAL	169.292,83	100,00%	2,07%	169.292,83
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
COTA PARTE - FPM	2.685.776,35	36,29%		2.685.776,35
COTA PARTE - I T R	36.700,89	0,50%		36.700,89
TRANSF. REC. SUS BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	228.570,40	3,09%		228.570,40
TRANSF.REC. SUS BLOCO VIGILANCIA EM SAÚDE	39.611,19	0,54%		39.611,19
OUTROS Progr. FINANC. P/ TRANS. FUNDO A FUNDO	44.684,48	0,60%		44.684,48
TRANSFERENCIAS REC. F N A S	17.720,00	0,24%		17.720,00
SALÁRIO EDUCAÇÃO - QESE	57.087,77	0,77%		57.087,77
TRANSFERÊNCIA FNDE/PDDE	0,00	0,00%		0,00
TRANSFERÊNCIA FNDE/PNAE	11.385,20	0,15%		11.385,20
TRANSFERÊNCIA FNDE/PNATE	2.484,74	0,03%		2.484,74
OUTRAS TRANSF. DO FNDE	0,00	0,00%		0,00
ICMS - DESONERAÇÃO LC 87/96	25.292,84	0,34%		25.292,84
OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	29.920,75	0,40%		29.920,75
COTA PARTE ICMS	4.240.962,22	57,30%		4.240.962,22
COTA PARTE IPVA	522.605,68	7,06%		522.605,68
COTA PARTE IPI	51.396,76	0,69%		51.396,76
COTA PARTE CIDE	10.798,89	0,15%		10.798,89
COTA PARTE COMPENSAÇÃO FINANC. CFRH	203.453,76	2,75%		203.453,76
TRANSF. FUNDO ESTADUAL ASSISTENCIA SOCIAL (FEAS)	4.000,00	0,05%		4.000,00
FUNDEB	684.684,10	9,25%		684.684,10
TRANSF. CONV. ESTADO Progr. EDUCAÇÃO	17.010,00	0,23%		17.010,00
REDUTORA DO FUNDEB	-1.512.546,24	-20,44%		-1.512.546,24
TOTAL TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.401.599,78	100,00%	90,43%	7.401.599,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
MULTAS E JUROS DE MORA	27.482,98	23,02%		27.482,98
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.190,87	2,67%		3.190,87
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	65.373,82	54,75%		65.373,82
RECEITAS DIVERSAS	23.355,00	19,56%		23.355,00
TOTAL OUTRAS RECEITAS CORRENTES	119.402,67	100,00%	1,46%	119.402,67
TOTAL GERAL DAS RECEITAS CORRENTES	8.107.325,95		99,05%	8.107.325,95
RECEITA DE CAPITAL				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	0,00	0,00%		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS - MÓVEIS	0,00	0,00%		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS - IMOVEIS	0,00	0,00%		0,00
TRANSF. CONVÊNIO				
TRANSF. CONVÊNIO COM A UNIÃO				
CONV. INFRA-ESTRUTURA E TURISMO - PORTAL	78.000,00	100,00%		78.000,00
TRANSF. CONVÊNIO COM O ESTADO				
		0,00%		0,00
OUTRAS RECEITA DE CAPITAL				
		0,00%		0,00
TOTAL RECEITA DE CAPITAL	78.000,00	100,00%	0,95%	78.000,00
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.185.325,95	100,00%		8.185.325,95



que correspondem a **5,09%** do total das receitas arrecadadas, sendo que destas se destacaram neste quadrimestre com maior índice de pontos percentuais o IRRF, ITBI, IPTU e ISSQN, as receitas patrimoniais que neste período representam **2,07%** do total arrecadado; as transferências correntes que juntas representam **90,43%** do total arrecadado, sendo que destas se destacam com maior índice o FPM, ICMS e o FUNDEB; as outras receitas correntes que totalizaram **1,46%** do total arrecadado e a receita de capital que neste primeiro quadrimestre representaram **0,95%** do total arrecadado.

1.3- Índices de Execução da Despesa

Tabela III – Despesas por Função de Governo – 1º. Quadrimestre 2017 e valor acumulado até este período.

FUNÇÃO	1º. Quadrimestre 2017	% Quadrimestre	Execução Acumulada no Ano 2017
Legislativa	0,00	0,00%	0,00
Judiciária	24.000,00	0,43%	24.000,00
Administrativa	1.863.835,15	33,68%	1.863.835,15
Assistência Social	164.421,18	2,97%	164.421,18
Previdência Social	77.169,91	1,39%	77.169,91
Saúde	1.624.571,23	29,36%	1.624.571,23
Educação	1.454.647,78	26,29%	1.454.647,78
Cultura	23.868,04	0,43%	23.868,04
Urbanismo	136.163,64	2,46%	136.163,64
Gestão Ambiental	18.694,08	0,34%	18.694,08
Agricultura	69.876,52	1,26%	69.876,52
Transporte	26.802,25	0,48%	26.802,25
Desporto e Lazer	49.109,15	0,89%	49.109,15
TOTAL GERAL	5.533.158,93	100,00%	5.533.158,93

Ao analisarmos os gastos por funções de governo, podemos observar a aplicação na manutenção dos gastos públicos nas áreas acima demonstradas. As funções que o governo aplicou mais recursos em relação ao total executado foram Administrativa (33,68%), Saúde (29,36%), Educação (26,29%).



PREFEITURA MUNICIPAL CONQUISTA
Estado de Minas Gerais
CONTROLE INTERNO

6

Tabela IV – Demonstrativo da Execução da Despesa por Elemento e Categoria Econômica no 1º. Quadrimestre de 2017.

DESCRIÇÃO DA DESPESA	ATUALIZADA P/ 2017	EXECUTADA - Janeiro a Abril 2017	% por Elemento da Despesa	% p/ Categ. Econômica	% em relação a Despesa atualizada	EXECUTADA ACUMULADA NO ANO 2017
DEPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.050.650,00	3.431.368,59	63,32%		31,05%	3.431.368,59
Aposentadorias e reformas	25.000,00	7.496,00	0,14%		29,98%	7.496,00
Pensões	30.000,00	9.466,96	0,17%		31,56%	9.466,96
Contrato p/ tempo determinado	2.140.100,00	563.014,26	10,39%		26,31%	563.014,26
Vencimentos e Vantag. Pessoal civil	6.764.000,00	2.216.688,98	40,91%		32,77%	2.216.688,98
Obrigações patronais	1.863.550,00	612.245,11	11,30%		32,85%	612.245,11
Indenizações e restituições trabalhistas	228.000,00	22.457,28	0,41%		9,85%	22.457,28
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.975.662,00	1.987.589,19	36,68%		22,14%	1.987.589,19
Juros e encargos da dívida interna	53.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Contribuições	191.200,00	27.818,04	0,51%		14,55%	27.818,04
Subvenções Sociais	1.345.700,00	447.200,00	8,25%		33,23%	447.200,00
Rateio participação Consórcio Público	10.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica	15.100,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Auxílio Financeiro ao Estudante	605.100,00	143.346,00	2,65%		23,69%	143.346,00
Material de Consumo	1.746.062,00	330.330,63	6,10%		18,92%	330.330,63
Material bem ou serviço distrib. Gratuita	5.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Passagem e Despesas como locomoção	5.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Outros Serv. Terceiros de Pessoa Física	1.355.100,00	232.160,50	4,28%		17,13%	232.160,50
Outros serv. Terceiros de Pessoa Jurídica	3.087.400,00	668.382,59	12,33%		21,65%	668.382,59
Obrigações Tributárias e Contributivas	180.000,00	60.206,95	1,11%		33,45%	60.206,95
Outros Aux. Financ. a Pessoas Físicas	40.000,00	2.795,34	0,05%		6,99%	2.795,34
Sentenças Judiciais	135.000,00	5.189,32	0,10%		3,84%	5.189,32
Despesas de Exercícios Anteriores	92.000,00	62.834,15	1,16%		68,30%	62.834,15
Indenizações e Restituições	110.000,00	7.325,67	0,14%		6,66%	7.325,67
TOTAL DESPESAS CORRENTES	20.026.312,00	5.418.957,78	100,00%	97,94%	27,06%	5.418.957,78
DEPESAS DE CAPITAL						
Rateio participação Consórcio Público	5.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Obras e Intalações	1.256.750,00	4.706,19	4,12%		0,37%	4.706,19
Equip. e Material Permanente	539.200,00	52.863,00	46,29%		9,80%	52.863,00
Aquisição de Imóveis	97.738,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Principal da Dívida Contratual Resgatado	285.000,00	32.631,96	28,57%		11,45%	32.631,96
Sentenças Judiciais (precatórios)	200.000,00	24.000,00	21,02%		12,00%	24.000,00
TOTAL DESPESA DE CAPITAL	2.383.688,00	114.201,15	100,00%	2,06%	4,79%	114.201,15
Reserva de Contingência	40.000,00	0,00				0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	22.450.000,00	5.533.158,93		100,00%	24,65%	5.533.158,93

A tabela IV acima mostra a variação em percentuais da despesa executada no **PRIMEIRO Quadrimestre de 2017**, com ênfase nas principais aplicações em relação ao total executado, bem como o índice realizado em relação ao orçamento atualizado.



1.4 - Aplicações Constitucionais no setor de Educação.

Tabela V - EDUCAÇÃO

Artigo 212 da CR/88 c/c com a EC 53/2006.

Lei 9.394/96

IN TCE/MG 013/2008 – IN 01/10 – IN 09/11 – IN 05/2012

Acumulado até Abril	Receita Base cálculo	Valor mínimo a aplicar 25%	Valor aplicado	% Percentual
2017	8.001.654,53	2.000.413,63	2.005.451,62	25,06%

Conforme podem ser observados os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino até o mês de Abril/2017 foram de **25,06%** (por cento) da receita arrecadada dos impostos e transferências constitucionais.

Até o 1º. Quadrimestre 2017 de cada R\$ 100,00 oriundos de arrecadação de impostos e transferências constitucionais **R\$ 25,06** são aplicados na manutenção das ações de ensino.

1.5 – Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – (CF, ADCT, Art. 60, Incisos I, IV e XII) c/c Emenda Constitucional 53/2006.

Lei 11.494/07

IN TCE/MG 009/2011 – 005/2012

Tabela VI – FUNDEB

Saldo disponível em 31/12/2016	R\$ 41.679,11
TÍTULOS	VALOR acumulado até Abril 2017
RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (incluídas aplicações) (A)	R\$ 688.271,67
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (B)	R\$ 679.399,44
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO COM A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (C)	R\$ 490.988,85
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 30.04.2017	R\$ 50.551,34
PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO 60%(C/A)	67,26%

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB atingiram o limite de **67,26%** (por cento) da receita arrecadada, sendo que de acordo com a Lei 11.494/07 devem ser aplicados no mínimo 60% com estes profissionais. **Frisa-se que este percentual do FUNDEB somente pode ser aplicado aos profissionais em efetivo exercício de suas atividades na rede pública municipal.**



PREFEITURA MUNICIPAL CONQUISTA
Estado de Minas Gerais
CONTROLE INTERNO

1.6 - Tabela VII – SAÚDE – Artigo 198, parágrafo 2º., Inciso III da CR/88 c/c EC 29/2000.
Leis Federais 8.080/90, 8.142/90 e 141/2012.
IN TCE/MG 008/2011 e IN 005/2012

Evidenciamos abaixo quadro de aplicação dos recursos nas ações e serviços Públicos de Saúde.

TÍTULOS	VALOR acumulado até Abril 2017
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (A)	8.001.654,53
GASTOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS (B)	1.321.708,46
VALOR MÍNIMO A APLICAR (C)	1.200.248,18
PERCENTUAL APLICADO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE (B/A)	16,52%

Até o 1º quadrimestre de 2017, o município aplicou nas ações e serviços públicos de saúde **16,52%** (por cento) das receitas de impostos e transferências constitucionais.

De cada R\$ 100,00 oriundos da arrecadação de impostos e transferências **R\$ 16,52** são gastos com a manutenção das ações dos serviços públicos de saúde.

1.7 - DOS RESTOS A PAGAR

Tabela VIII – Restos a pagar processados referentes ao Exercício 2016

RESTO A PAGAR DE 2016 (empenhos liquidados)	PAGO em 2017 referente a 2016	Valor cancelado em 2017	VALOR A PAGAR DE 2016
21.423,81	16.615,84	1.207,97	3.600,00

A Prefeitura em 31 de Dezembro de 2016 teve um resto a pagar de empenhos processados no valor de R\$ 21.423,81, os quais foram pagos até 30 de Abril o montante de R\$ 16.615,84 . Conforme disposto no **artigo 42 da lei 101/2000**, é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.



1.8 – Controle de Gastos com Pessoal

Tabela IX

Demonstrativo Resumido da Receita Corrente Líquida, (mês de referência ABRIL de 2017).
Artigo 2º., parágrafo 3º. da Lei 101/2000.

Em R\$ Mil

ESPECIFICAÇÕES	Mês de referência ABRIL/2017	%
Receita Tributária	1.857.567,77	7,65%
Receita Patrimonial	496.667,69	2,05%
Transferências Correntes	25.699.343,10	105,83%
Outras Receitas Correntes	431.755,19	1,78%
(-) Dedução Receita pra formação FUNDEB	-4.199.757,85	-17,30%
Receita Corrente Líquida	24.285.575,90	100%

Tabela X – Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal - Executivo.

Artigo 18, parágrafo 2º. da Lei 101/2000.

Em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	MÊS DE REFERENCIA	VALOR ACUMULADO (NO MÊS E NOS ONZE MESES ANTERIORES AO EXERCÍCIO CORRENTE)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A)	ABRIL 2017	24.285.575,90
GASTOS COM PESSOAL ATIVO DA PREFEITURA (B)		10.345.531,00
PERCENTUAL APLICADO PELA PREFEITURA (B/A)		42,60%

A tabela X acima demonstra que a despesa com pessoal no período em referência consumiu **42,60%** da receita corrente líquida arrecadada, abaixo do limite legal máximo (**54%**), conforme Artigo 19 c/c com o Artigo 20 da lei LRF 101/2000.

NOTA: Em observância ao disposto no Inciso II, Parágrafo Primeiro do Artigo 59 da Lei 101/2000, verificamos que neste PRIMEIRO quadrimestre o dispêndio com pessoal se encontra com percentual **abaixo** dos 90%, em relação ao limite máximo 54%.



PREFEITURA MUNICIPAL CONQUISTA
Estado de Minas Gerais
CONTROLE INTERNO

1.9 – Demonstrativos das Receitas, Despesas e Saldo Financeiro no PRIMEIRO Quadrimestre e acumulado no exercício 2017.

Tabela XI DEMONSTRATIVO DA RECEITA REALIZADA, DESPESA PAGA e SALDO FINANCEIRO – Consolidado:

EXERCÍCIO 2017	RECEITAS REALIZADA		TOTAL	DESPESAS EXECUTADA PAGA		TOTAL	Diferença	SALDO BANCÁRIO EM 31.12.2016	ENTRADAS Total 2017	RETIRADAS Total 2017	SALDO DISPONÍVEL EM 30.04.2017
	ORÇAMENTÁRIA	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	RECEITAS	ORÇAMENTÁRIAS	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS					
1º. Quad.	8.185.325,95	389.592,21	8.574.918,16	5.261.176,76	1.121.779,15	6.382.955,91	2.191.962,25	4.250.575,06	15.669.796,58	13.477.834,33	6.442.537,31
							Saldo em →	31/12/2016			
Acumulado	8.185.325,95	389.592,21	8.574.918,16	5.261.176,76	1.121.779,15	6.382.955,91	2.191.962,25	4.250.575,06	15.669.796,58	13.477.834,33	6.442.537,31

Tabela XII - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 30.04.2017

CONTA	VALOR R\$
Banco contas movimento - Prefeitura	4.176.275,76
Banco conta movimento - Câmara - não houve consolidação mês abril/2017	
Banco contas vinculadas - Prefeitura	2.266.261,55
Saldo disponível em 30.04.2017	6.442.537,31

Tabela XIII - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR EM 30.04.2017

RESTOS A PAGAR	VALOR R\$
Restos a pagar PROCESSADOS - PREFEITURA	271.982,17
Restos a pagar PROCESSADOS - CÂMARA - não houve consolidação do mês de abril/2017	0,00
Total restos a pagar em 30.04.2017	271.982,17



PREFEITURA MUNICIPAL CONQUISTA
Estado de Minas Gerais
CONTROLE INTERNO

1.10 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE ANUAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO.

Tabela XIV – ACOMPANHAMENTO DO REPASSE DE RECURSOS PARA A CÂMARA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITA DA CÂMARA – PARA O EXERCÍCIO 2017	1.560.813,45
ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO (EXERCÍCIO ANTERIOR)	22.297.335,01
% REPASSE	7%

Receita Tributária + Transferências

Os repasses que serão efetuados ao Poder Legislativo durante o exercício 2017, corresponderão a 7% da Arrecadação do Município no exercício anterior, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional 58/2009. O montante no valor de R\$ 1.560.813,45 será repassados ao Poder Legislativo em 2017. A estimativa mensal de repasse é de R\$ 130.067,79. Até o dia 20 do mês de Abril já foram repassados o montante total de **R\$ 520.271,16**, observando assim o disposto no inciso II, parágrafo 2º. do artigo 29-A da Carta Magna.



CONCLUSÃO

Acompanhamos os trabalhos dos setores internos da Prefeitura Municipal de Conquista Estado de Minas Gerais no Primeiro Quadrimestre do exercício de 2017, elaboramos o nosso relatório quadrimestral dando maior ênfase a aspectos e informações contidas nas demonstrações orçamentárias e contábeis, porém, destacamos que: a responsabilidade pelo sistema de controle cabe a administração, nos termos da Constituição da República, Arts. 31 e 74; a responsabilidade no controle de cada Setor segue hierarquicamente cada responsável ou chefia e ao pessoal de cada departamento que exerce cargo ou função de direção, nos termos do que dispõe a Constituição da República, art. 74, § 1º; a responsabilidade do Sistema de Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores e no apoio dos servidores encarregados de cada setor, no que se refere à observância dos princípios de Controle Interno, tendo por objetivo possuir ações preventivas antes que ações ilícitas, incorretas ou impróprias possam atentar contra os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, principalmente o artigo 37, seus incisos e parágrafos. A função da Controladoria é acompanhar a execução dos atos e apontar, em caráter **sugestivo, preventivo ou corretivamente**, as ações a serem desempenhadas, zelando pela boa governança e pela redução dos riscos.

Considerações Finais

O Sistema de Controle Interno de Conquista foi criado pela Lei Municipal 1022/2011, e sua atuação independente vêm contribuindo para que o Município alcance os mandamentos Constitucionais fixados no *caput* do seu artigo 37: moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência.

Com a apresentação deste relatório e das demonstrações contábeis relativas ao período em análise (janeiro a abril) 2017, a Controladoria Geral do Município cumpre uma das suas tarefas, qual seja a apresentação da Prestação de Contas de responsabilidade do Poder Executivo da cidade de Conquista – Minas Gerais.

Com estas breves considerações a Controladoria Geral do Município de Conquista Estado de Minas Gerais, espera contribuir para a leitura dos demonstrativos que compõe as Prestações de Contas da Gestão Municipal, oferecendo maior transparência às finanças municipais, e cumpre a legislação vigente Artigo 180 da Lei Orgânica Municipal e no § 4º. Artigo 9º. da LRF/101, bem como para avaliação por parte do Poder Legislativo e, principalmente, do cidadão.



CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Art. 73. A sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz.

Ângelo TizoRoncolato Junior
Controle Interno

Conquista, 31 de maio 2017.

Angela Cristina Aleixo
Setor Contábil

Paulo Assunção Valentino Filho
Coord. Tesouraria

Tarcízio Henrique Zago
Prefeito Municipal

"A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento."